

RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.789 - PE (2015/0276545-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE PERNAMBUCO-HEMOPE
ADVOGADO : ANA CLAUDIA MAGALHAES - PE0016733
RECORRENTE : LUCIANO BARBOSA DE SANTANA
ADVOGADO : SANDRO ROBERTO BELTRÃO FARIAS - PE023006
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Luciano Barbosa de Santana contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 862-863):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA. CONTAMINAÇÃO DE PACIENTE PELO VÍRUS DA HEPATITE C. NEXO DE CAUSALIDADE. REQUERIMENTO DE PENSÃO VITALÍCIA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL/MORAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO.

1. Ação em que objetiva a parte autora pensão mensal e indenização por danos morais e materiais a serem concedidas pela União e HEMOPE, em virtude de contaminação com vírus da Hepatite C.
2. Os documentos que repousam nos autos evidenciam que o autor, após o início do tratamento da sua Hemofilia, no âmbito do HEMOPE, mediante transfusão de sangue, contraiu o vírus da Hepatite 'C'.
3. Quanto ao pedido de pensão, em se tratando de prestação de trato sucessivo, a prescrição só abrange as parcelas anteriores ao lustro, a contar da data do ajuizamento da demanda. Súmula 85 do STJ.
4. Ocorrência de prescrição do fundo de direito, no entanto, quanto à indenização decorrente de danos materiais e morais, tendo em vista que os documentos que instruem o processo, analisados conjuntamente, demonstram que o requerente possuía efetivo conhecimento da doença desde, pelo menos, 2005. Ação proposta em 2013, quando ultrapassado o lapso prescricional de cinco anos.
5. Muito embora seja inconteste a legitimidade da União para figurar no pólo passivo da presente demanda, a jurisprudência desta Corte vem entendendo que no episódio ocorrido no âmbito do HEMOPE não restou evidenciado o nexo causal entre o dano sofrido pelo autor e a conduta perpetrada por agentes federais, de modo a afastar a solidariedade no que toca ao pagamento da pensão pelo referido ente.
6. Direito à pensão no valor de cinco salários mínimos até que o demandante

Superior Tribunal de Justiça

complete 75 anos, conforme, aliás, ficou decidido no AGTR 0802003-59.2013.4.05.0000.

7. Agravo retido da União desprovido. Apelação parcialmente provida.

O recorrente sustenta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 21, parágrafo único, 333, I, do CPC/1973; 6º, VIII, do CDC; 4º e 5º da Lei n. 4.701/1965.

Sustenta a não ocorrência da prescrição da ação de indenização por danos morais, pois a parte autora da demanda apenas tomou conhecimento inequívoco de que adquiriu o vírus de Hepatite C em 5 de setembro de 2013, quando recebeu o resultado do exame imunopatológico.

Assevera o seguinte (e-STJ, fl. 951):

De fato, existem exames e documentos que atestam e confirmam que o recorrente é soropositivo para o vírus da Hepatite C, isto é, desde, pelo menos, 2005, porém, tais documentos não demonstram que o recorrente tomou conhecimento de tal informação naquele mesmo momento, razão pela qual se infere que o Egrégio Colegiado VALOROU EQUIVOCAMENTE A PROVA DOS AUTOS.

De acordo com o insurgente, não havendo nos autos a comprovação de que a parte demandante tomou ciência da contaminação em momento anterior, não poderia a Corte de origem ter presumido que tal comunicação ocorreu em 2005.

Sustenta a necessidade de inversão do ônus da prova, no presente caso, em razão da verossimilhança das alegações e da hipossuficiência do recorrente.

Alega que não houve sucumbência recíproca, uma vez que a parte autora decaiu de parte mínima do pedido.

Pugna, por fim, pelo reconhecimento da responsabilidade da União para figurar no litígio, diante do descumprimento do dever de fiscalizar os procedimentos hemoterápicos.

Decido.

Registro, inicialmente, que o acórdão proferido na origem foi publicado na vigência do CPC/1973, razão pela qual os requisitos de admissibilidade do apelo nobre devem seguir a sistemática processual correspondente, nos termos do Enunciado administrativo n. 2/STJ, com o seguinte teor:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O aresto combatido não emitiu juízo de valor sobre o disposto nos arts. 333, I, do CPC/1973 e 6º, VIII, do CDC, estando ausente o requisito do questionamento.

Apesar de a matéria ter sido suscitada em embargos de declaração, não

Superior Tribunal de Justiça

houve manifestação do Tribunal de origem sobre o ponto e o recorrente não apontou a existência de afronta ao art. 535 do CPC/1973.

Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*."

Ademais, ainda que superado esse ponto, tem-se que a revisão do aresto recorrido no tocante ao momento em que se deu a efetiva ciência da parte autora a respeito da contaminação pelo vírus da hepatite C, demandaria o revolvimento dos elementos probatórios da lide, o que está vedado nos termos do enunciado da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Veja-se, no ponto, como a Corte de origem abordou o tema da prescrição (e-STJ, fls. 860-861):

De forma contrária, os documentos que instruem os autos constituem base suficiente para a afirmação de que o apelante tinha conhecimento da contaminação pelo vírus desde, pelo menos, 2005. Inicialmente, porque consta no dia 19/08/04 do prontuário médico do Sr. Luciano no HEMOPE (Id. 4058300.254377 - pág. 7) que ele fora encaminhado para um hepatologista no HUOC por ser Anti HCV reagente (ter contato com o vírus) e também se solicita exame para detectar a presença do Anti HCV na esposa do paciente, grávida de 3 meses.

Diante de todas as providências tomadas (encaminhamento para um tratamento específico com médico especialista e a investigação da saúde da esposa em busca de uma possível contaminação), torna-se fortemente improvável o desconhecimento do autor quanto a sua doença.

Ademais, desde 2005 sua condição está sendo tratada no Hospital Oswaldo Cruz, o que atesta sua consciência da doença, conforme bem explanado pelo juízo de piso:

Consta do prontuário médico juntado aos autos em 03.07.2014 que o autor compareceu ao Hospital Oswaldo Cruz, em 2004, por encaminhamento do HEMOPE, devido ao resultado positivo do exame para hepatite C.

Realizados exames complementares e indicado o tratamento para a doença, consta a seguinte anotação em 29 de março de 2005: "Paciente retorna porque não iniciou a medicação para vírus C por motivos pessoais e de trabalho".

Na oportunidade, foi-lhe aconselhado reiniciar a medicação, o que foi feito nos idos de 2005 a 2007, constando pelo menos de Ribavirina e Peginterferon no mencionado prontuário até o setenta doses término do tratamento em abril de 2007.

Em síntese, não há dúvidas de que o autor teve ciência da infecção pelo vírus da Hepatite C ainda em 2005, portanto há mais de cinco anos.

Nesse sentido (grifos acrescidos):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EFEITOS NOCIVOS DE MEDICAMENTO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. INDICAÇÃO NA

Superior Tribunal de Justiça

BULA. ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. INVIABILIDADE DE DEMONSTRAR NEXO CAUSAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. ÉDITO 7/STJ. HISTÓRICO DA DEMANDA

1. Trata-se de Agravo Interno interposto contra decisum que não conheceu do Recurso Especial.

2. O Agravo Interno não merece prosperar, pois a ausência de argumentos hábeis para alterar os fundamentos da decisão ora agravada torna incólume o entendimento nela firmado. Portanto não há falar em reparo na decisão.

3. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária de Indenização por danos materiais e morais proposta contra a Anvisa e a Merck Sharp & Dohme em razão de efeitos nocivos gerados pela utilização do medicamento Arcoxia 120 mg (aumento da pressão arterial), vendido no Brasil embora sem autorização de comercialização no país de origem (EUA). A sentença julgou a ação improcedente, o que foi mantido pelo Tribunal.

ÔNUS DA PROVA 4. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa aos arts. 8º da Lei 9.782/1999; 2º da Lei 8.080/1990; 6º, III e VIII, 10 e 12, caput e § 3º, do CDC (inversão probatória); 333, I, 397, 436 e 131 do CPC/1973, pois os referidos dispositivos legais não foram analisados pela instância de origem. Ausente, portanto, o requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

5. Inviável, nesta via recursal, a análise dos requisitos referentes a quem deve responder pelo ônus da prova, tendo em vista óbice da Súmula 7 desta Corte. A propósito: AgRg no AREsp 276.040/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/3/2013; AgRg no REsp 1.259.114/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 4/10/2011, DJe 14/10/2011.

INVIABILIDADE DE DEMONSTRAR NEXO CAUSAL.

6. O acórdão recorrido afirmou: "não há amparo legal para o pleito indenizatório, uma vez que (1) as perícias judiciais afastaram a existência de nexo de causalidade entre as condutas dos réus e os danos alegadamente sofridos pelo autor, e (2) ao consumir o medicamento por dois anos contínuos, sem prescrição e acompanhamento médico, ele ignorou as advertências constantes na bula, assumindo o risco de vir a sofrer eventuais efeitos colaterais adversos" e que "a prova pericial não ampara a assertiva de que o uso do medicamento afetou a saúde do autor, colocando em risco a sua vida, nem que houve falha no processo de registro junto a ANVISA (LAUD02, quesitos 1 e 8 da Anvisa do evento 59 do processo originário). Tampouco restou configurado violação do dever de informação (art. 12 CDC), porque a bula do fármaco especificava a possibilidade de efeitos colaterais e a recomendação de que fosse ingerido por curto período e sob prescrição médica. Na dicção do art. 12, § 3º, do CDC, o fornecedor desobriga-se do dever de indenizar nas hipóteses de culpa exclusiva do consumidor".

7. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial quanto a

Superior Tribunal de Justiça

existência do nexo causal entre a comercialização do medicamento pela Anvisa e os alegados danos à saúde da parte recorrente, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido.

Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.387.829/RN, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/9/2013, DJe 25/9/2013.

8. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.786.165/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 18/6/2019)

O apelo também não merece ser conhecido quanto à suscitada responsabilidade civil da União.

Com efeito, o Tribunal de origem não se manifestou sobre o regramento contido nos arts. 4º e 5º da Lei n. 4.701/1965, inexistindo o prequestionamento.

Com relação à sucumbência recíproca, a pretensão também não ultrapassa os requisitos de admissibilidade recursais. O reexame da alegativa de que a parte recorrente decaiu de parte mínima do pedido atrai a incidência da já mencionada Súmula 7/STJ.

A esse respeito (sem destaques no original):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 1.022, II, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. SÚMULA 284/STF. SUCUMBÊNCIA MAJORITÁRIA. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS.

1. Não se configurou a ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, como lhe foi apresentada.

2. O STJ entende ser inviável o Recurso Especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional que não especifica com exatidão de que forma a norma legal foi violada, como no caso sob exame, em que a parte recorrente não apontou adequadamente como o dispositivo foi supostamente contrariado pela ausência de correção monetária do montante depositado. Incide, na espécie, por analogia, o princípio contido na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

3. O Tribunal Regional consignou: "O valor de R\$ 17.214,96, já recebido, atualizado monetariamente desde a data do depósito, pelo IPCA-E, deve ser abatido do valor do principal atualizado." 4.

Depreende-se da análise do acórdão recorrido que a Corte Regional determinou o abatimento da quantia recebida pelos desapropriados do valor principal atualizado pago pelo DNIT. Modificar tal entendimento encontra óbice na Súmula 7 do STJ, uma vez que exigirá o reexame do contexto fático-probatório produzido nos autos.

5. Por último, vale registrar que o provimento parcial do pleito do recorrente acarretou no fato de que este saiu vencido quanto à maior parte dos seus

Superior Tribunal de Justiça

pedidos, razão pela qual deve ser aplicada o art.

86, parágrafo único, do CPC/2015, o qual dispõe: "se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários".

6. Convém lembrar que, como já consignado pelo STJ, a reforma de julgado, a fim de verificar o quantitativo de sucumbência em que cada parte foi vencedora e vencida, demanda a incursão nos elementos fático-probatórios dos autos, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

7. Recurso Especial parcialmente conhecido, somente quanto à violação ao art. 1.022 do CPC, e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.803.249/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 18/6/2019)

A aplicação dos referidos óbices sumulares prejudicam a análise do apelo fundamentado na existência de dissídio jurisprudencial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator